



NOTA TÉCNICA SPF Nº 008/2019.

Ementa: Para viabilizar a execução dos recursos financeiros e demais atos da caixa escolar,

Considerando o Decreto Estadual nº 45.085, de 08 de abril de 2009, que dispõe sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino, para fins de sistematização das normas e regulamentos pertinentes;

Considerando o artigo 39 da Resolução SEE nº 3.670, de 28 de dezembro de 2017, que autoriza a Subsecretaria de Administração do Sistema Educacional, através da Superintendência de Planejamento e Finanças (SPF) e/ou Superintendência de Infraestrutura Escolar (SIN) a baixar normas complementares para o fiel cumprimento da supracitada resolução e,

Considerando o alto custo para registros dos atos das Caixas Escolares;

Orientamos:

1. Retirar do §7º do artigo 2º da Resolução SEE nº 3.670/17, a obrigatoriedade do registro em cartório da ata da Comissão de Licitação:

Art. 2º...

...

§ 7º - As atas de composição da Diretoria e do Conselho Fiscal, devidamente registradas em cartório, deverão ser encaminhadas sempre que houver alterações na sua constituição.

2. Acrescentar ao inciso II do artigo 16 da Resolução SEE nº 3.670/17, a necessidade de aditivo, para a execução do saldo de recurso ou de rendimentos de aplicação, destinados as obras de construção, ampliação, reforma ou adequação do imóvel escolar:

Art. 16 ...

I - ...

83



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DIRETORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

II - saldos de recursos ou de rendimentos de aplicação financeira dos recursos liberados para obras de construção, ampliação, reforma ou adequação do imóvel escolar poderão ser utilizados para ampliação de metas ou aplicado em outro projeto, respeitada a classificação orçamentária do repasse, após aprovação de planilha de serviços complementar pela SEE-MG, com o aditamento do Termo de Compromisso, se necessário, e posterior aditamento do respectivo contrato ou realização de novo procedimento licitatório, se for o caso.

3. Alterar os incisos citados nos §§ 2º e 3º do artigo 16 da Resolução SEE nº 3.670/17, corrigindo a informação dos mesmos:

Art. 16 ...

...

§ 2º - Caso os saldos dos recursos previstos no inciso I do art. 16 forem superiores a 30% (trinta por cento) do valor recebido no exercício, os mesmos poderão ser deduzidos do valor do termo de compromisso do ano subsequente.

§ 3º - O aditamento a que se refere o inciso II do caput deste artigo deverá respeitar os limites estabelecidos na Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, de até 25% (vinte e cinco por cento) para obras novas e ampliações e de até 50% (cinquenta por cento) para obras de reformas.

4. Alterar o inciso III do art. 16 da Resolução 3670/2017,
Art. 16 ...

...

III - saldos de recursos ou rendimentos de aplicações financeiras remanescentes de ações não previstas nos incisos I e II, poderão ser transferidos para a conta bancária do Manutenção e Custeio e utilizados observada a categoria econômica de custeio, desde que o objeto proposto no termo de compromisso tenha sido cumprido integralmente ou por força de intransponíveis óbices supervenientes ao repasse devidamente comprovado, não tiver sido iniciado ou concluído. (Acrescido pela Resolução SEE nº 4.144, de 19/06/19)

8/5



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DIRETORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

5. Modificar o a redação dos incisos I e III, do §4º do artigo 5º do Anexo I – Estatuto da Caixa Escolar da Resolução 3670/2017,

Art. 5º...

§4º ...

I - serão admitidos como associados representantes dos seguimentos relacionados nos parágrafos 1º e 2º do caput deste artigo, desde que não apresentarem impedimentos legais ou que não tenham, motivadamente, contraindicação da Secretaria de Estado de Educação;

II - ...

III - é direito do associado demitir-se quando não tiver mais interesse em continuar associado, através de requerimento da própria pessoa encaminhado à escola.

6. Alterar a redação do art. 9º do Anexo I – Estatuto da Caixa Escolar da Resolução 3670/2017, excluindo a expressão "do termo de posse";

Art. 9º - Os membros eleitos para compor quaisquer dos órgãos referidos no artigo anterior são empossados mediante assinatura no livro de Atas da Assembleia Geral.

7. Instituir mandato para o Presidente da Caixa Escolar alterando o § 1º, alterar o § 3º com substituição da expressão "termo de indicação" por "ata" e alterar no §5º o mandato do Tesoureiro e Secretário da Caixa Escolar de 2 (dois) para 3 (três) anos em conformidade com o mandato do Presidente da Caixa Escolar, todos do artigo 16 do Anexo I – Estatuto da Caixa Escolar:

Art. 16 ...

§ 1º - O Presidente será sempre o diretor ou o coordenador da escola, que cumprirá mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleito por igual período.

83



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DIRETORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

§ 3º - Nas escolas em que não existir a função de vice-diretor, para atendimento ao previsto no parágrafo §2º, o colegiado escolar indicará servidor da própria escola que atenda os critérios estabelecidos pela SEE/MG, lavrando ata de indicação que juntamente com a declaração constante no parágrafo anterior servirá para autorizar a movimentação bancária da respectiva Caixa Escolar.

§5º - O secretário e o tesoureiro com seus respectivos suplentes serão escolhidos para mandato de 4-~~quatro~~ 3 (três) anos por voto secreto da maioria simples ou por aclamação após indicação da Assembleia Geral, dentre os profissionais da escola, sendo permitida a reeleição por mais um período.

8. Acrescentar os §§ 1º, 2º e 3º ao artigo 29 do Anexo I – Estatuto da Caixa Escolar, que descrevem a forma de pagamento das despesas e movimentação das contas bancárias da caixa escolar conforme abaixo:

Art. 29 ...

§1º - A movimentação mencionada no *caput* deste artigo será realizada através de cartão magnético na função de débito, transferências bancárias, pagamentos de forma eletrônica ou cheque nominativo, em nome do credor.

§2º - O Presidente ou seu substituto utilizará dos meios de pagamentos previstos no §1º de forma individual e isolada, podendo realizar pagamentos, transferências, emitir extratos e praticar todas as operações financeiras necessárias à movimentação de valores da Caixa Escolar.

§3º - A movimentação financeira dos recursos do PDDE, será executada em conformidade com os §§ 1º e 2º do *caput*, sendo permitido saques, respeitados os limites estabelecidos na legislação do FNDE.

9. Alterar o artigo 33 do Anexo I – Estatuto da Caixa Escolar da Resolução 3670/2017;

87



Art. 33 - Compete ao último presidente em exercício providenciar o encerramento previsto no caput do artigo 32, quando definida a extinção das atividades da caixa escolar.

10. Alterar a redação do artigo 37 do Anexo I – Estatuto da Caixa Escolar da Resolução 3670/2017;

Art. 37 - Revogam as disposições em contrário.

11. Alterar alínea "c", do inciso III do artigo 15 do Anexo II – Regulamento Próprio de Licitação, uma vez que diverge da alínea "d" do mesmo inciso:

Art. 15 ...

II - ...

a)

c) definir e especificar no edital a data de entrega e abertura dos envelopes contendo proposta comercial e os documentos de habilitação, que deverá ocorrer no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para convite, 15 (quinze) dias para tomada de preços e 30 (trinta) dias para concorrência;

12. Alterar o item 4.6 da Cláusula Quarta do Modelo 24 - Contrato de prestação de serviços de execução de obras, do inciso II do artigo 37 da Resolução SEE nº 3.670/17:

4...

4.6. Fica estabelecido no presente Contrato que do valor total da empreitada, o valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 50% do total da obra, será determinado para aquisição de materiais e o valor de R\$ _____ (_____), equivalente aos outros 50%, será para pagamento de serviços sujeito à retenção para a seguridade social, observados possíveis enquadramentos, devidamente comprovado, em percentual diferenciado, que garanta a elisão da responsabilidade solidária, ficando também obrigado a proceder a discriminação na Nota Fiscal dos percentuais acima referidos, em atendimento a legislação vigente.

81



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DIRETORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Fazem parte desta Nota Técnica a Resolução SEE nº 3.670 de 29 de dezembro, seus anexos e modelos atualizados pelas Resoluções SEE 3.741/18, 3.856/18, 4.144/19 e pela presente nota.

Esta Nota Técnica entra em vigor a partir da data de sua emissão.

Belo Horizonte, 09 de julho de 2019.

Silas Fagundes de Carvalho
Diretor da Superintendência de Planejamento e Finanças